

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, pelas nove horas e vinte minutos, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paço e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, procedeu-se à chamada dos Senhores Deputados Municipais, verificando-se a presença de todos os membros que, até ao momento, já tomaram posse. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa informou que, na sequência da renúncia ao mandato dos eleitos, Senhores Amadeu Alberto Salgueiro e José Alberto Ferradosa Saldanha, de acordo com o n.º 5 do artº 6º do Regimento da Assembleia Municipal, foram convocados para sua substituição os dois cidadãos que se lhes seguem na lista da coligação PSD/CDS-PP, indicados pelo mesmo partido, José Joaquim Reboredo Almendra e Jonathan Ramos Pacheco. -----

----- Verificou-se a presença do eleito Jonathan Ramos Pacheco, sendo-lhe conferida posse como membro desta Assembleia. Não compareceu o eleito José Joaquim Reboredo Almendra, que, via e-mail, justificou a sua ausência, pelo que lhe será conferida posse numa próxima sessão.-----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta, referindo que foi cumprido o prometido na anterior sessão da Assembleia Municipal e que toda a correspondência foi enviada atempadamente via “e-mail” a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Deputados Municipais que se encontrava presente a ata da quinta sessão ordinária, realizada no passado dia trinta de novembro de dois mil e treze, para ser submetida a aprovação. -----

----- A Senhora Deputada Iolanda Barros solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que a ata da sessão da Assembleia anterior chegou tardiamente. Disse, depois, que a referida ata, a partir do ponto doze da ordem de trabalhos apenas traduz a ata minuta, alertado para anteriores situações idênticas, pelo que para a gravação das sessões deve ser adotado um mecanismo que evite problemas como Cd’s “queimados”. Alertou, ainda, para a página quinze do documento onde refere que a sessão terminou às doze horas, o que não corresponde à verdade, uma vez que terminou às treze horas e trinta minutos. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Manuel Pousado solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo alguns reparos à ata da sessão da Assembleia anterior, pelo que, após análise e respetiva correção, na ata de 30 de novembro de 2013, na página 8, 2º §, onde se lê: -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- “O Deputado Carlos Manuel Pousado solicitou a palavra e cumprimentou todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que esteve muito atento às explicações dadas pela Senhora Presidente, mas que, contudo, questionava o Executivo sobre a questão do IRS, dizendo que com o aumento das taxas de retenção na fonte e com a sobretaxa de IRS, as despesas com os vencimentos do pessoal, para o Município mantêm-se, o trabalhador é que recebe menos vencimento, mas as contas para o POCAL mantêm-se. Se o aumento se verificar na contribuição do Município para a Segurança Social dos vencimentos dos trabalhadores, disse, a questão é diferente. Agora em termos de IRS quem recebe menos é o trabalhador, pois as despesas para o Município mantêm-se iguais. Comentou, depois, que não percebia o porquê de o Município usar o POCAL e não o sistema de normalização contabilística já implementado nas IPSS, pelo que sugeriu que o Município aderisse aquele sistema contabilístico. Disse, depois, que não tinha nenhuma dúvida sobre o documento que sustenta o Orçamento do Município para o ano de dois mil e catorze, chamando no entanto à atenção para o mapa resumo das receitas de capital e para um montante que não batia certo, no valor de dois mil e setecentos euros, pelo que reportava para o mapa na página 8/17 do documento, onde lhe suscitou dúvidas o valor de dois mil e setecentos mil euros. Sugeriu, depois, que somassem as casas decimais nos diferentes mapas para se obter um valor mais exacto, indicando o valor de dois mil e setecentos euros, como um montante que provavelmente teria a ver com os acertos das casas decimais. Apelou, depois, ao Executivo, que não se esqueçam de investir mais na União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra.” -----

----- Deve ler-se: -----

----- “O Deputado Carlos Manuel Pousado solicitou a palavra e cumprimentou todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que esteve muito atento às explicações dadas pela Senhora Presidente, mas que, contudo, questionava o Executivo sobre a questão do IRS, dizendo que com o aumento das taxas de retenção na fonte e com a sobretaxa de IRS, as despesas com os vencimentos do pessoal, para o Município mantêm-se, o trabalhador é que recebe menos vencimento, mas as contas para o POCAL mantêm-se. Se o aumento se verificar na contribuição do Município para a Segurança Social dos vencimentos dos trabalhadores, disse, a questão é diferente. Agora em termos de IRS quem recebe menos é o trabalhador, pois as despesas para o Município mantêm-se iguais. Comentou, depois, que não percebia o porquê de o Município usar o POCAL e não o sistema de normalização contabilística já implementado nas IPSS, sendo que o mesmo teria que atender sempre às especificidades do sector. Disse, depois, que não tinha nenhuma dúvida sobre o documento que sustenta o Orçamento do Município para o ano de dois mil e catorze, chamando no entanto à atenção para o mapa resumo das receitas de capital e para um montante que não batia certo, no valor de dois mil e setecentos euros, pelo que reportava para o mapa na página 8/17 do documento, onde lhe suscitou dúvidas o valor de dois mil e setecentos euros. Sugeriu, **depois**, que os cálculos das percentagens fossem a duas casas decimais, o que evitaria situações como a constante no mapa do resumo, quer isto dizer, o valor de dois mil e setecentos euros não pode surgir com o peso de zero, no que à percentagem diz respeito. Apelou, depois, ao Executivo, que não se esqueçam de investir mais na União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra. -----

----- O Senhor Deputado Adriano Andrade solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Iniciou a sua intervenção referindo que para que ocorra uma falta injustificada é necessário que existam várias premissas, nomeadamente, o indivíduo seja devidamente convocado, e que tenha efetivamente faltado. Disse, ainda, que realmente faltou à anterior sessão da Assembleia Municipal, solicitando ao Senhor Presidente da Mesa que averiguasse nos serviços competentes, se foi convocado ou não. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e respondeu ao Senhor Deputado Adriano Andrade que não lhe poderia dar a resposta uma vez que não tinha esse conhecimento, pedindo de seguida à Senhora Helena Castilho, funcionária que presta apoio à Assembleia Municipal, para que averiguasse a veracidade do comentário do Senhor Deputado. -----

----- O Senhor Deputado Municipal António Pacheco solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal, referindo que também não foi convocado, reforçando, assim, a posição do Senhor Deputado Adriano Andrade. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia teceu algumas considerações relativamente ao apoio à Assembleia Municipal, referindo que estas situações não deveriam acontecer. Disse que a Assembleia Municipal não tem um espaço físico onde possa trabalhar e que os funcionários da Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos tem ajudado como podem, mas que era essencial existir um espaço físico de apoio à Assembleia Municipal. Referiu, depois, que a Lei prevê um Orçamento para a Assembleia Municipal, que nunca lhe foi atribuído, e que não existe nenhum trabalhador do Município que esteja adstrito somente ao apoio à Assembleia Municipal. Disse, também, que a Assembleia Municipal funciona graças ao apoio prestado pelos trabalhadores do Município, os quais acumulam outras funções. Seguidamente falou da gravidade da falha da convocatória de alguns membros da Assembleia Municipal, realçando a intervenção do Senhor Deputado Adriano Andrade, dizendo, que a palavra dele não estava posta em causa e que, a acontecer tal situação, era gravíssimo constar numa ata uma falta injustificada que poderá não ter ocorrido. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção dizendo que para evitar as várias falhas que depois ninguém assume, que na segunda-feira seguinte à presente sessão, irá elaborar um despacho no qual definirá quem serão os trabalhadores do Município que responderão perante a mesa da Assembleia Municipal e qual o gabinete que ficará adstrito à Assembleia Municipal. Disse, depois, que é da responsabilidade da Assembleia Municipal acompanhar os trabalhos desta Assembleia e não do Executivo, e que após a elaboração do despacho, as responsabilidades de cada um estarão claras e responderão perante a mesa da Assembleia Municipal. Continuou a sua intervenção, e referiu que a Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nas pessoas do Senhor Carlos Parada e da Dr.ª Sandra Camelo, têm desde há muito responsabilidades perante a mesa da Assembleia Municipal. Quanto ao Orçamento da Assembleia Municipal, ele existe, e está contemplado numa rubrica do Plano de Orçamento. -----

----- No que respeita aos aparelhos de som que prestam apoio às sessões da Assembleia Municipal, a Senhora presidente disse que vão ser remodelados, uma vez que os atuais já são antigos e apresentam problemas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa congratulou-se com a decisão da Senhora Presidente da Câmara. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Senhora Deputada Iolanda Neves, usou da palavra para dizer que ela também não foi convocada para a anterior Sessão da Assembleia Municipal, e solicitou à Senhora Presidente da Câmara para que lhe fosse enviada uma justificação para a sua não convocação. -----

A Senhora Deputada Susana Guerra solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal, referindo que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia referiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilares da Vilariça tinha justificado a falta, e na ata refere que não justificou a falta. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou os Deputados Municipais que a mesa deliberou o reenvio da respetiva ata para a Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos para correção, por motivo das diversas incongruências verificadas. Disse, ainda, que tinha presente os CD's da última sessão da Assembleia Municipal e que solicitou a ajuda do técnico responsável pela gravação dos CD's para que verificasse se realmente o CD em causa estaria danificado, o que o funcionário confirmou. Disse, ainda, que o funcionário fez os respetivos testes no final dessa sessão da Assembleia Municipal, e que estaria bem, pelo que um dos motivos do CD estar danificado pode ter sido o mau uso aquando da sua transcrição. Disse, depois, que confirmou com a 1ª secretária da mesa da Assembleia Municipal o envio da ata minuta para a Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos com todas as intervenções dos Senhores Deputados Municipais, e que estes simplesmente não a tiveram em consideração. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Deputados Municipais sobre quem se queria inscrever para intervir neste período. -----

----- O Senhor Deputado Adriano Andrade usou a palavra e referiu alguns problemas relativamente ao sistema de rega da barragem da Estevaíinha, nomeadamente, a falta de saídas para a água numa conduta com cerca de trezentos metros. Questionou, depois, o Senhor Vice-presidente da Câmara, Eduardo Tavares, sobre se os possíveis regantes que estão situados a montante, terão de abrir pelo caminho uma vala numa extensão de mais de trezentos metros, para trás, para poderem conduzir a água para as suas propriedades, ou terão os fabricantes das condutas só fabricado tubos, e não acessórios, para a distribuição da água. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção alertando o Executivo para a falta do envio da documentação, nomeadamente, as atas das reuniões da Câmara Municipal. Disse, depois, que a documentação, nomeadamente, a ata da última sessão da Assembleia Municipal chegou tardiamente às mãos dos Deputados Municipais. Questionou, depois, o Executivo sobre o ponto da situação e os prazos a serem cumpridos para a venda do Hotel & SPA à empresa vencedora do concurso, uma vez que foi dito que em dezembro do ano anterior estaria tudo em condições para que o Executivo pudesse avançar com a adjudicação e a empresa pudesse entregar-se na respetiva gestão. -----

----- O Senhor Deputado Adriano Andrade solicitou a palavra para referir que olhando para o documento referente ao ponto número três da ordem de trabalho, verifica-se que continua a faltar o nome dos responsáveis das deliberações tomadas em reunião da Câmara Municipal, uma vez que esse ponto refere que foi aprovado por unanimidade dos presentes, realçando, depois, a importância de fazer constar o nome das pessoas que estiveram presentes ou faltaram. ---

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e respondeu ao Senhor Deputado Luís Terêncio que em relação à questão das atas esse problema vai ficar resolvido com o despacho que irá decidir o apoio prestado à Assembleia Municipal, referindo, depois, que as atas constam na página eletrónica do município e lá podem ver-se os membros que estão ou não presentes nas reuniões da Câmara Municipal. Disse, ainda, que relativamente à intervenção da Senhora Deputada Iolanda Barros, após consultada a listagem da convocatória para a sessão da Assembleia Municipal, verificou-se que de facto a Senhora Deputada foi convocada pela Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos e o que poderia ter acontecido era o “e-mail” estar errado. Respeitante, à questão levantada pelo Senhor Deputado Luís Terêncio relativamente ao ponto de situação da venda do Hotel & SPA à empresa vencedora, a Senhora Presidente da Câmara respondeu que toda a situação é com o Bancos, ou seja, a Caixa Geral de Depósitos também queria ter em seu poder as garantias de hipoteca, as quais só tinham o Turismo e a Caixa Agrícola, estando a ser resolvido esse problema no âmbito de interesses comuns. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares usou da palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo-se à questão colocada pelo Senhor Deputado Adriano Andrade, relativamente à obra do sistema de rega começando por dizer que a grande verdade é que foi graças ao enorme esforço da Senhora Presidente da Câmara que está a ser possível a realização da mesma. Esta obra, disse, já desde dois mil e nove que estava prevista realizar-se, sendo uma das únicas obras possíveis de aprovar no PRODER, uma vez que existia pouco dinheiro e esse dinheiro foi quase todo esgotado no Alqueva, no Baixo Mondego e na Cova da Beira, pelo que foi graças a um enorme esforço político, que foi possível conseguir a sua realização. Respondendo, em concreto à questão, disse que as obras tem de cumprir um planeamento e são efetuadas por fases, sendo que nesta fase está a ser assente toda a tubaria principal e ramagem secundária, e só numa segunda fase é que vão passar para a execução de caixas e hidrantes. Quanto à zona referida pelo Senhor Deputado Adriano Andrade, o Senhor Vice-Presidente da Câmara esclareceu que irá ficar um hidrante. Informou, depois, que já foi constituída a Associação de Beneficiários de Regantes de Alfândega da Fé (ABRAF), que já se encontra a trabalhar, e as suas instalações estão situadas na Cooperativa Agrícola, e tem um atendimento ao público de segunda a sexta-feira. -----

----- O Senhor Deputado Adriano Andrade usou da palavra e perguntou ao Senhor Vice-Presidente da Câmara como se poderia ter acesso à planta da ramagem e hidrantes a serem colocados, para que futuramente possam concordar ou propor alterações, de forma a melhorar o sistema de rega da barragem. O Senhor Vice-Presidente da Câmara respondeu que tinha em seu poder as plantas do novo sistema de rega e a localização dos hidrantes e que se está a elaborar um estudo para equacionar a melhor forma de refazer as ligações aos novos hidrantes. Disse, ainda, que esse estudo está a ser feito e vai ser conduzido pela associação de regantes e que se irão efetuar reuniões sectoriais com os agricultores de cada zona, para planearem esse trabalho. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e informou a Assembleia Municipal da preocupação da Câmara Municipal quanto à situação da saúde e da justiça no concelho. No que respeita à situação dos serviços de saúde, propôs a elaboração de um documento pela Assembleia Municipal, contestando a forma de funcionamento do Centro de Saúde de Alfândega da Fé, onde, muitas vezes, os utentes são confrontados com a falta de quaisquer médicos, do qual deve ser

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

dado conhecimento à Assembleia da República e ao próprio Ministro da Saúde, uma vez que os munícipes não podem ser tratados nem sujeitos a estas situações. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e referiu que num ofício recebido da Câmara Municipal de Bragança, era demonstrada a preocupação quanto ao estado de abandono por parte do Governo Central ao interior do País, especialmente na área da Saúde, sugerindo aos Senhores Deputados Municipais que usassem a documentação recebida, nomeadamente esse ofício, como suporte base para a elaboração de um documento que retratasse a realidade do concelho de Alfândega da Fé. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e informou os Deputados Municipais que numa reunião entre o Ministro da Saúde e a CIM ficou assegurado o financiamento da ULS – Nordeste e dadas garantias que o helicóptero não sairia de Macedo de Cavaleiros e que inclusivamente, haverá um reforço de transporte de doentes, assegurado pela Força Aérea Portuguesa. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e informou os Deputados Municipais, que a bancada do PSD/CDS estaria disponível para colaborar na elaboração de um documento sobre o estado da saúde no concelho de Alfândega da Fé, sugerindo de seguida que não se fizesse intervalo e que no final da sessão da Assembleia Municipal três ou quatro deputados de cada bancada partidária elaborassem o referido documento. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e informou ainda os Deputados Municipais que o Tribunal Judicial de Alfândega da Fé vai ser transformado numa secção de proximidade dificultando o acesso à justiça em Alfândega da Fé. Informou, ainda, que só vai existir uma comarca que irá situar-se em Bragança e que todos os julgamentos mais complexos e de penas superiores a cinco anos, serão julgados em Bragança. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção e informou os Deputados Municipais, enquanto responsável pelos Bombeiros do Distrito de Bragança e de Alfândega da Fé, que se encontram a “lutar” contra a ULS-Nordeste, nomeadamente para saldarem a dívida que esta tem para com os Bombeiros Voluntários do distrito e particularmente para com os Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé. Disse que essa dívida já ia em sete meses de atraso e que se referia à comparticipação do transporte de doentes. Disse, depois, que o período de maior crescimento na solicitação de transporte de doentes é o período nocturno, uma vez que os médicos não querem assumir a responsabilidade no período compreendido das 20h às 10 h, exigindo o transporte dos doentes para outras unidades de saúde do Distrito. De seguida, realçou o papel da Câmara Municipal na ajuda prestada ao transporte de doentes oncológicos para os diversos IPO’s, resolvendo um problema que o Ministério da Saúde criou. Disse, depois, que o IPO, há cerca de sete anos, lançou um concurso público para o transporte de doentes, tendo sido ganho por uma empresa privada, que sujeitava os doentes a grandes viagens, e que entretanto faliu. Informou, ainda, que após a falência dessa empresa, o IPO lançou novo concurso, ao qual os bombeiros não concorreram, porque o preço por quilómetro referido no caderno de encargos era muito inferior ao pago anteriormente pelo Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde pagava 0,51€/km e o IPO prestou-se a pagar 0,38€/km, o que era muito insuficiente, derivado das condições de transporte, que muitas vezes implicava que um doente fosse acompanhado por um enfermeiro. Esse concurso ficou deserto, estando agora a iniciar-se novo concurso, sobre o qual os bombeiros dos diversos distritos do norte para traçar estratégias. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 1, ALÍNEA E), DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 21/02/2014, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra para tecer algumas considerações relativamente à informação acima referida. Começou por referir, no que respeita à Cultura e Turismo, que decorreram alguns eventos, entre os quais um workshop de montanhismo, exposições, concertos de Natal e o cantar dos reis que decorreram na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues. Falou depois da colaboração com a Universidade Lusófona no âmbito de uma cadeira de Ciências e Religião, referindo que futuramente será organizado um workshop dentro da mesma temática, uma vez que vão efetuar um levantamento da arte sacra (pinturas e murais) interligando a história da Bíblia à arte sacra em Trás-os-Montes. Continuando, referiu, que é intenção do Executivo, ainda neste mandato, se a conjectura económica assim o permitir, valorizar o património do concelho, com objetivo de atrair mais turistas. Chamou ainda atenção aos Deputados Municipais, sobre o relatório de combate à desertificação, enumerando algumas passagens desse relatório sobre desertificação. Informou, ainda, que tiveram uma residência artística do maestro Rui Massena, um dos mais conceituados maestros nacionais da sua geração, que gravou o seu primeiro disco, comprometendo-se em vir a Alfândega da Fé, apresentar esse disco gratuitamente. -----

----- Continuou a sua intervenção referindo o trabalho elaborado pelas DAF e DU, sugerindo aos Deputados Municipais que lessem com calma toda a documentação. Disse que é intenção do Executivo, colocar todo o serviço destas Divisões “on-line” disponibilizado na página eletrónica do Município. Seguidamente, a Senhora Presidente da Câmara referiu as obras por administração direta realizadas e os protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia. Disse, depois, que já terminaram algumas das obras por empreitada, entre as quais o Plano de Reabilitação Urbana, e que a estrada dos Colmeais está praticamente concluída, faltando apenas a segunda camada de alcatrão e pintar o piso, pelo que será terminada em breve, com a melhoria das condições atmosféricas. Depois, informou que vai ser apresentada, ainda neste Quadro Comunitário, uma candidatura para reabilitar a Torre do Relógio, uma vez que se encontra em mau estado de conservação. Para além da reabilitação da Torre do Relógio, há intenção de reabilitar toda a zona circundante e que se essa candidatura for aprovada agora, avança-se de imediato com a obra, se não for aprovada neste Quadro Comunitário, candidatar-se-á ao próximo Quadro. Disse, depois, que estão em andamento as obras da Capela da Legóinha, e que o atraso das mesmas deveu-se ao mau tempo, mas que continuando, com a melhoria do estado do tempo, espera-se concluir brevemente essas obras. Continuou a sua intervenção, e informou que as obras do Centro de Interpretação do Território, em Sambade, a localizar na antiga Escola Primária, estão a andar normalmente e que a Casa do Povo de Sambade vai ser também recuperada e transformada num Centro Cultural e Tecnológico. Disse, depois, que a freguesia de Sambade vai fazer parte da rede das aldeias turísticas, depois da intervenção que vai sofrer. Futuramente, disse, gostaria de comprar a casa do Professor Batista Vilares, para a transformar num museu, homenageando desta forma a mais ilustre figura intelectual do concelho no século XX. Continuou a sua intervenção e referiu que a situação económica do Município continua debilitada, devido aos constantes cortes que, neste momento se cifram num montante global de

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

um milhão de euros a menos nas transferências do Estado. Disse, depois, que a futura Lei das Finanças Locais prevê que o Governo venha a destinar um fundo de apoio à contratação de empréstimos por parte dos Municípios para reestruturarem o passivo para que não se paguem juros tão elevados à banca. Disse, ainda, que tem conhecimento que ANMP está a negociar este fundo com o Ministério das Finanças, de forma a permitir o funcionamento normal das Câmaras Municipais. -----

2. NOMEAÇÃO DE 4 PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E/OU UNIÕES DE FREGUESIAS DO CONCELHO, PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL SÉNIOR;

----- A Senhora Deputada Maria Manuel Cunha Silva solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que a Bancada do PS tinha uma lista própria, mas que estariam disponíveis para elaborar uma lista conjunta com os Deputados da Bancada do PSD/CDS. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra referindo que a Bancada do PSD/CDS-PP não teria condições para avançar com uma lista própria, uma vez que não tinham nenhum Presidente de Junta de Freguesia, com mais de cinquenta e cinco anos de idade. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que, preferencialmente, os membros a indicar teriam de ter mais de cinquenta e cinco anos, e salientou a abertura da Bancada do PS para a elaboração de uma lista conjunta. Questionou, de seguida a bancada do PSD/CDS se abdicavam da indicação de um ou dois elementos, e se avança a lista proposta pela Bancada do PS. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio, face à abertura da possível constituição conjunta da lista, indicou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilarelhos, Pedro Morgado, para integrar a lista conjunta. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou os Deputados Municipais que, face ao acordo entre as bancadas, se iria prescindir da votação secreta e nomear, por unanimidade, os seguintes membros para integrarem o Conselho Municipal Sénior: Nelson Artur Castilho, Presidente da Junta de Freguesia de Alfândega da Fé; José Joaquim Martins, Presidente da União de Freguesias de Eucísia/Gouveia/Valverde; Ana Maria Pereira, Presidente da união de Freguesias de Parada/Sendim da Ribeira e Pedro Miguel Morgado, Presidente da Junta de Freguesia de Vilarelhos. -----

3. PROPOSTA DE 2ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e informou os Deputados Municipais sobre a segunda alteração ao regulamento de apoio a estratos sociais desfavorecidos, recentemente aprovada por unanimidade em Reunião da Câmara Municipal, referindo que, como o Município assumiu o transporte de doentes oncológicos aos IPO's, esta medida deveria estar contemplada no regulamento. Continuando, disse, na reunião de Câmara acordaram solicitar o extracto das contas bancárias a todas as pessoas que vinham pedir apoio social, uma vez que foram confrontados com algumas situações nas quais as pessoas supostamente não tinham rendimentos e que depois verificou-se que afinal tinham, não justificando um apoio de emergência. Sublinhou, depois, a necessidade de a Câmara Municipal prestar alguns apoios de emergência, uma vez que constataram que a Segurança Social não estaria a prestar qualquer apoio às pessoas carenciadas, nomeadamente ao pagamento de contas da luz, entre outras ajudas, como apoio a famílias carenciadas com filhos em risco de abandono escolar. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e congratulou-se com o apoio prestado no transporte de doentes oncológicos, sugerindo que esse apoio fosse alargado a todas as famílias nessa situação, pedindo depois esclarecimentos ao Executivo sobre a maneira como se procede a deslocação dos doentes dentro do concelho, para serem transportados aos respetivos IPO's. Teceu, ainda alguns comentários sobre ao eventual acesso aos estratos bancários das pessoas, referindo, que pode não refletir a realidade. Referiu, ainda, que fosse facultado o relatório síntese do regulamento à Assembleia Municipal. A Senhora Presidente da Câmara usou a palavra, explicando que são muito flexíveis, mesmo para as pessoas que não cumprem os critérios atribuídos, facilitando bastante o transporte de todas as pessoas. Disse, ainda, que quando existam situações nas quais as pessoas não tenham possibilidades de se deslocarem para a sede do concelho, eles vão buscar a pessoa a casa, referindo que, como o horário de saída é muito cedo, por volta das cinco ou seis da manhã, tornar-se-ia muito difícil a carrinha andar a deslocar-se pelo concelho todo. Disse, depois, que não têm tido problemas, uma vez que não é muito complicado um familiar trazer outro à sede do concelho, do que seria se tivesse de perder um dia de trabalho para se deslocar ao Porto. Informou, ainda, os Deputados Municipais, que foram contactados pela Câmara Municipal de Mogadouro, no sentido de estabelecer uma parceria com esse objetivo, uma vez que esta Câmara também tem intenções de fazer o mesmo transporte de doentes, referindo que possivelmente essa parceria poderá traduzir-se em transportes diários. Continuou a sua intervenção, referindo que todos os apoios concedidos são obrigatoriamente por Lei divulgados no site do Município, que são elaborados trimestralmente relatórios, sendo possível a sua ida às sessões da Assembleia Municipal, para conhecimento. -----

----- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o **ponto três**, tendo sido deliberado, **por unanimidade**, dos vinte e seis Deputados presentes, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar Proposta de 2ª alteração ao Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos. -

4. RELATÓRIO SEMESTRAL DE AGOSTO 2013 – EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – PARA CONHECIMENTO;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou a palavra e informou os Deputados Municipais que estava presente um relatório semestral datado de agosto de dois mil e treze, sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro, referindo que está ultrapassado uma vez que a Câmara Municipal já está em reequilíbrio financeiro, sendo no entanto, obrigatório, por Lei, dar conhecimento à Assembleia Municipal. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

5. RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO 1º TRIMESTRE – PLANO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO E PAEL, PARA CUMPRIMENTO DO DEFINIDO NO ARTIGO 12.º “MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO” DA LEI N.º43/2013, DE 28 DE AGOSTO;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou a palavra e explicou aos Deputados Municipais, que, quando o Município estava no saneamento financeiro, tinham de elaborar-se relatórios semestrais, e que como agora está em reequilíbrio financeiro, tem de elaborar-se relatórios trimestrais. Estes relatórios são elaborados mediante formulários disponibilizados pela DGAL, sendo bastante esquemáticos. Disse, ainda, que estes relatórios têm as medidas que a Câmara se comprometeu tomar, e têm os valores e os desvios, de forma a saber-se se se cumpre ou não o estabelecido. Disse, depois, que não foi usado todo o dinheiro que foi aprovado, porque não havia necessidade, evitando, assim, o

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

aumento da dívida a médio e longo prazo. Disse que o valor contratado na Caixa Geral de Depósitos foi de onze milhões e quinhentos mil euros, e que foram usados apenas dez milhões e setecentos mil euros e que na Caixa Agrícola, o valor contratado foi de seis milhões, tendo sido utilizados até ao final do ano de dois mil e treze, cinco milhões e seiscentos mil euros, realçando, no entanto, que se vai utilizar o restante, mas que o pedido só vai ser efetuado no mês de fevereiro de dois mil e catorze. Referiu, ainda, que no Relatório tem que ser referidos os pagamentos em atraso e a sua evolução, sendo obrigatório a sua redução gradual. Enumerou algumas medidas que compõem o relatório, referindo que estas medidas estão a ser implementadas. A Senhora Presidente fez depois uma síntese dos encargos do Município, sublinhando o aumento dos encargos com os edifícios, uma vez que foi ocupada a parte de cima do antigo edifício da Câmara Municipal, com os serviços da Ação Social, com o objetivo de melhorar o atendimento às pessoas. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

5.1. APRECIACÃO TÉCNICA DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2014 (PAEL) – PARA ESCLARECIMENTO;

----- Relativamente ao assunto supra mencionado, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu o parecer da DGAL, que a seguir se transcreve: -----

----- *“Considera-se prematuro fazer uma avaliação do impacto financeiro do PAEL, uma vez que só houve lugar à transferência de uma tranche e ainda se desconhece o grau de cumprimento das medidas vinculativas previstas no PAF. Observa-se, contudo, que na proposta de OM – 2014, o Município apresenta desvios positivos face ao PAF, no que concerne a receita. De facto, a verificarem-se os acréscimos da receita previstos, verificar-se-à um elevado grau de compromisso por parte da Autarquia, com os pressupostos assumidos no PAF, nomeadamente, no que concerne às medidas de maximização da receita. Não obstante do referido, atendendo às perspectivas de redução das transferências do Orçamento de 2014 (Orçamento de Estado), redução de endividamento, execução orçamental subordinada à Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso e ao PAEL, recomenda-se um controlo apertado em sede de execução, nomeadamente, que a execução das dotações da despesa previstas em alta, na proposta de orçamento municipal para 2014, comparativamente aos pressupostos avançados no PAF, esteja dependente da efetiva arrecadação da receita e da verificação da redução prevista noutras despesas, caso contrário, considera-se em risco o cumprimento do PAF. De notar que, a execução orçamental, deverá ser pautada de tal forma que se obtenha os saldos orçamentais, com os quais o Município se comprometeu em sede de candidatura ao PAEL, bem como a trajetória descendente do seu endividamento. Acresce que o PPI, só deve contemplar os investimentos previstos em sede de PAF, caso contrário terão de ser solicitadas as devidas autorizações, conforme previsto no Decreto-lei n.º28/2008, de 7 de março.”. -----*

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra, para esclarecer os Deputados Municipais, referindo que inicialmente foi feita uma previsão do valor para o plano e orçamento para dois mil e catorze e esse valor era inferior ao que foi colocado à consideração da Assembleia Municipal e que também foi enviado para a DGAL, que é obrigatório, por causa do Município estar em reequilíbrio. A DGAL demorou muito tempo a dar o seu parecer, mas a Câmara teve que aprovar os documentos dentro dos prazos, sendo que o parecer da DGAL veio posteriormente, razão porque vem agora o parecer. Disse que as alterações nas receitas, tem a ver com o próprio PAEL, porque só foi recebida uma tranche, parte do reequilíbrio, porque ainda não tinha sido utilizado todo o dinheiro e também algumas previstas que não tinham sido

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

colocadas quando foi elaborado o Plano e Orçamento, nomeadamente, casas no bairro social, lojas do Mercado Municipal e lotes na zona industrial. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra para colocar uma questão, começando por ler um extrato da página cinco do relatório, que refere: *“O Município de Alfândega da Fé apresentou individualmente um mapa relativo ao PPI, concluindo-se pela sua análise, que os processos inscritos não parecem corresponder inteiramente com os equacionados no quadro décimo segundo (Lista de Investimentos em Curso e Previstos) que integra o PAF. Refira-se que o Município está sujeito a um contrato de reequilíbrio financeiro, pelo que, qualquer investimento não previsto no PAF, tem de respeitar o previsto no n.º2 da Lei.”* De seguida disse surgir-lhe uma dúvida que é saber se esta indicação tem a ver com o hiato de tempo que surgiu entre a resposta deles e aquilo que a Assembleia aprovou, fruto da pequena explicação que a Senhora Presidente deu, ou se há mais alguma questão. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara respondeu ao Senhor Deputado Luís Terêncio referindo que quando elaboraram o Plano, também enviaram um quadro dos investimentos previstos que era obrigatório, só que não corresponde inteiramente porque no PPI colocaram três ou quatro questões que não estavam no Plano, nomeadamente, a Torre do Relógio e o Centro Biológico da Vilarça, sendo que esta última já não se vai realizar. Disse, ainda, que todas as ações do Município, sejam elas de investimento ou contratação de pessoal, têm de ser mandadas à DGAL e às Finanças, com toda a justificação plausível. -----

----- A Dr.ª Carla Victor, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, usou da palavra dizendo que o parecer emitido pela DGAL não se refere a este relatório, mas sim aos documentos previsionais que foram presentes na última Assembleia, designadamente o Plano e o Orçamento. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra, dizendo que lhe surgiu outra dúvida, começando por ler outra passagem do relatório que tem a ver com seguinte: *“A rubrica de aquisição de bens e serviços surge com um desvio bastante desfavorável na ordem dos dois milhões de euros, face ao previsto no PAF. Mesmo considerando a justificação apresentada pela Autarquia de haver um efeito dos encargos por solver com as tranches do PAEL e do CRF, por receber, note-se que as tranches em falta ascendem a quinhentos e noventa e seis mil euros, o que implicaria mesmo assim um desvio de aproximadamente de um milhão e meio de euros, face ao previsto no PAF.”* Perguntou, de seguida, qual era a justificação apresentada para esta nota que é colocada no relatório da DGAL. -----

----- A Dr.ª Carla Victor respondeu ao Senhor Deputado Luís Terêncio, dizendo que, no que respeita a bens e serviços, tem a ver com as antigas dívidas à ATMAD e à Resíduos. A Senhora Presidente da Câmara referiu que essas dívidas já foram pagas, acrescentando que isto vai levar aqui uma outra discussão, que vai ter que vir à Assembleia Municipal, que tem a ver com as águas e saneamento, sobre o qual está a vir muita coisa na comunicação social, muita dela até estará a vir deliberadamente para confundir. Fez depois uma retrospectiva relativamente às questões do abastecimento de água e saneamento, sublinhando que os Municípios de Trás-os-Montes pagam muito pelas águas em alta, que é a água que vai desde as barragens até aos reservatórios ficando a sua distribuição (água baixa) ao encargo dos Municípios. Essas tarifas pagas às águas de Trás-os-Montes são caríssimas quase o dobro das tarifas pagas pelos Municípios que pagam menos. Se o Município fizesse recair esse preço pelos munícipes tornaria incomportável o seu custo. Disse, depois, que em princípio a melhor solução é a fusão de todas as empresas de água, permitindo esbater a diferença de pagamento de água dos Municípios maiores para os Municípios mais pequenos. Informou, depois, os Deputados Municipais, que na próxima

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

sessão da Assembleia Municipal este assunto vai ter um ponto de discussão de forma a esclarecer devidamente esta situação do tarifário da água e a sua distribuição. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

6. PLANO DE AÇÃO PARA 2014 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PARA CONHECIMENTO;

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, usou da palavra o Senhor Dr. Miguel Franco, na qualidade de Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alfândega da Fé, começando por explicar aos Deputados Municipais que o documento em apreço é apresentado, anualmente, à Assembleia Municipal para dar conhecimento de todas as atividades que a CPCJ pretende realizar ao longo do ano. Disse, depois, que a CPCJ pretende realizar vinte e uma ações, divididas em três pilares fundamentais: o primeiro pilar relaciona-se com as atividades que são inerentes ao próprio funcionamento da CPCJ, num total de onze ações, englobando todos os membros da CPCJ; o segundo, relaciona-se com a prevenção, no qual pretendem desenvolver nove ações que se destinam sobretudo à deteção e prevenção de situações que afetem os direitos e interesses das crianças, promoção de ações de formação à família, visando a aquisição de competências e sensibilizar a comunidade para as situações de risco e perigo que afetem os direitos e interesses das crianças e jovens; o terceiro pilar é designado por intervenção, focando-se mais pela intervenção restrita dos técnicos em colaboração com técnicos de entidades representadas na CPCJ. Pretende-se neste pilar efetuar intervenções nas famílias sinalizadas, permitindo um apoio social e psicológico personalizado às famílias, crianças e jovens. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou a palavra e perguntou ao Senhor Dr. Miguel Franco quais seriam os problemas principais pelos quais as crianças estariam referenciadas pela CPCJ, tendo respondido que os problemas principais detetados pela CPCJ, são situações de negligência, nomeadamente, na prestação de cuidados básicos às crianças, muitas vezes por falta de competência dos próprios pais, muitas vezes passadas de geração em geração, e a CPCJ preocupa-se em quebrar esse estigma, criando condições e educar hábitos das famílias, tornando-se muitas vezes necessário recorrer ao Ministério Público e ao Tribunal. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

7. RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DE 2013 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PARA CONHECIMENTO;

----- Sobre o assunto supra mencionado, o Dr. Miguel Franco, na qualidade de Presidente da CPCJ de Alfândega da Fé, usou da palavra começando por referir que a CPCJ tem muito que fazer e aprender, uma vez que não é uma entidade profissionalizada. Os técnicos que prestam serviço na CPCJ estão voluntariosos com a causa, acumulando ainda o seu normal emprego, sendo muito difícil a sua conciliação devido à disponibilidade de tempo. Disse, ainda, que este ano vão ter muita sorte, uma vez que vão estar disponíveis três ou quatro técnicos a tempo inteiro, o que irá permitir melhorar a nível da modalidade alargada da prevenção e do apoio prestado às famílias, crianças e jovens, no âmbito essencialmente formativo. Disse, depois, que o sucesso é muito relativo, e o que importa é a mudança comportamental dos agentes apoiados. A falta de recursos também é fator determinante para causar algum insucesso na tomada de medidas ativas. Referiu, depois, que no ano dois mil e catorze, a CPCJ espera melhorar o seu trabalho e ter mais sucesso que no ano anterior. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Senhora Deputada Iolanda Barros solicitou a palavra, começando por dizer que escutou atentamente as explicações do Dr. Miguel Franco e que, em sua opinião, a prevenção é bastante pertinente, uma vez que cria mecanismos para que eventuais situações futuras não aconteçam. Questionou, de seguida, sobre qual é o plano de intervenção da CPCJ para chegar às famílias ou à família alargada, uma vez que, muitas destas famílias, não reconhecem os comportamentos de negligência, nem se reconhecem descuidadas para com as crianças, porque por norma quem frequenta as ações de formação, ou de sensibilização, até é mais o público em geral, e não tanto as pessoas que têm essa necessidade de formação, dado que não identificam muito essas necessidades. -----

----- O Senhor Dr. Miguel Franco usou da palavra e respondeu à Deputada Iolanda Barros, dizendo que de facto muitas das ações de formação e sensibilização não surtem os efeitos desejados, pelo que pretendem individualizar essas ações com as famílias sinalizadas. Disse, depois, que o Plano prevê ações de formação destinadas a essas famílias, nomeadamente, a medida número catorze do plano de ação para o ano de dois mil e catorze. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

8. DESIGNAÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO ARTº 17º DA LEI N.º 149/99, DE 1 DE SETEMBRO, CONJUGADA COM ALÍNEA L) DO N.º 2 DA PORTARIA N.º 1226/2000, DE 30 DE DEZEMBRO;

----- O Senhor Presidente da Mesa informou os Deputados Municipais que os representantes das bancadas do PS e do PSD/CDS-PP chegaram a um acordo sobre a escolha de quatro cidadãos para integrarem a CPCJ do concelho de Alfândega da Fé, pelo que se prescindia da votação secreta, sendo deliberado, por unanimidade, designar os seguintes cidadãos: Catarina Mesquita e Mota; Alexandra Margarida Castilho; Arsénio da Paixão Tomé Pereira e Maria Augusta Jacinto Rodrigues. -----

9. MOÇÃO EM DEFESA DOS DOENTES ONCOLÓGICOS – PARA APRECIÇÃO;

----- O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra e teceu alguns comentários sobre uma moção em defesa dos doentes oncológicos enviada pela Câmara Municipal de Elvas, procedendo de seguida à sua leitura para conhecimento dos Deputados Municipais. O presente documento encontra-se apenso aos documentos da sessão ordinária da Assembleia Municipal de vinte e dois de fevereiro de dois mil e catorze, pelo que assim se dá como aqui integralmente reproduzido. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou a palavra começando por sublinhar a discriminação sofrida pelos doentes oncológicos e que esta Moção também tem a ver com um despacho sobre o acesso aos medicamentos necessários ao seu tratamento. Disse, que os doentes que não sejam das regiões de Lisboa, Porto e Coimbra são muito discriminados no que respeita à utilização de terapêuticas inovadoras que carecem de autorização especial de utilização. Disse, depois, que o Ministério da Saúde tem vindo a retardar a entrada no mercado de alguns medicamentos inovadores para doentes oncológicos, medicamentos esses muito caros, pelo que tem vindo a colocar uma série de restrições e regras ao acesso a estes medicamentos, que precisam de uma autorização especial do INFARMED para serem utilizados. Referiu que, em sua opinião, os IPO's não deveriam ser os únicos hospitais a terem acesso a esses medicamentos, mas também os médicos noutros centros clínicos do interior. A moção refere também que os hospitais muitas vezes bloqueiam a aquisição desses

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

medicamentos devido ao seu enorme custo. Continuou dizendo que não discordava totalmente da existência de regras, mas não deve haver discriminação dos doentes do interior, que têm de se deslocar aos IPO's. Na nossa região, o Hospital de Macedo de Cavaleiros já faz tratamentos de quimioterapia e o Hospital de Vila Real faz tratamentos de Radioterapia e Quimioterapia. Disse, depois, que era necessário introduzir regras quando se fala em medicamentos inovadores porque existem grandes pressões da indústria farmacêutica sobre os médicos, muitas vezes para pedirem medicamentos inovadores, comprovando-se depois que têm pouca mais valia e custam muito mais, ou seja, existem duas coisas, por um lado a pressão exercida pela indústria farmacêutica sobre os médicos e a outra questão é o retardamento imposto pelo Governo em colocar os medicamentos no mercado. Disse, ainda, que na sua opinião não subscrevia a moção conforme os moldes estipulados, e entende que deveria haver em Portugal um instituto como possuem os ingleses que é o National Institute Clinic Excellence, ou seja uma entidade mais independente que tome decisões sem estar sobre a alçada do Ministério da Saúde nem da indústria. Continuou a sua intervenção, e disse que Portugal precisa de outra medida, que era a existência de uma rede na qual os doentes oncológicos seriam tratados o mais próximo possível de casa e não terem de se deslocar ao Porto ou Coimbra. A questão do financiamento também é muito importante, porque um IPO tem muito mais financiamento do que uma ULS e devido aos medicamentos serem muito caros os IPO's tem essas vantagens, o que não deveria acontecer, deveria haver financiamento para a zona Norte e os doentes serem tratados o mais próximo possível de sua casa. Concluiu a sua análise ao documento, referindo que a Assembleia Municipal deveria pronunciar-se referindo que concordam que deverão serem tomadas medidas para que os doentes do interior tenham acesso aos melhores tratamentos possíveis o mais próximo da sua residência, evitando grandes deslocações, mas sem deixar de ter a supervisão dos especialistas dos IPO's. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra, disse que analisou o documento e que as necessidades do nosso Município e o Município de Elvas são diferentes. Disse, depois, que devido aos interesses económicos por parte do Governo e do INFARMED, existe um atraso deliberado na introdução de medicamentos inovadores no mercado. Propôs, depois, ainda, a elaboração de um documento conjunto próprio, face à realidade e necessidades do concelho de Alfândega da Fé. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que não deveriam aprovar a moção apresentada pela Câmara Municipal de Elvas, uma vez que existem muitos pontos com os quais não concordava, nomeadamente, o acesso clínico de todos os médicos aos medicamentos inovadores. Disse, depois, que concordava que os doentes tivessem acesso ao melhor tratamento possível o mais perto possível da sua residência, e quando isso não fosse possível, deveriam ter direito a uma compensação monetária, a partir de uma determinada distância. -----

----- O Senhor Deputado Adriano Andrade solicitou a palavra e disse que existem muitas similitudes nas situações abrangidas pelos doentes oncológicos e pelos doentes renais, visto que, os doentes renais são conduzidos todos os dias ao centro de hemodiálise, livres de encargos, mesmo os doentes com grandes possibilidades financeiras, sendo que, na sua opinião, doentes que têm possibilidades deveriam compartilhar, mas nem isso fazem. Disse, ainda, que devido ao número de doentes oncológicos no concelho de Alfândega da Fé, deveriam aprovar uma moção dirigida à Administração Regional de Saúde, para prestarem os cuidados e apoios necessários, semelhantes aos prestados aos doentes renais, permitindo um atendimento de proximidade. Disse, ainda, que não deveriam votar a moção apresentada pela Câmara Municipal de Elvas devido às diferentes necessidades e realidade de povoamento, mas sim, elaborar um documento

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

único a enviar à ARS/Norte, de forma a reforçar a importância de se tentar melhorar as condições de acesso aos cuidados de saúde dos doentes oncológicos. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes solicitou a palavra e disse que os doentes oncológicos e renais são em grande número e todos devem ser apoiados. Referiu que os doentes de hemodiálise são apoiados e transportados às unidades de saúde, por proprietário de táxis e outros transportadores particulares e que os Bombeiros do Distrito de Bragança estão contra a ULS, dado que também queriam fazer o transporte dos doentes renais, sendo o distrito de Bragança o único distrito do Norte do País em que isso não acontece. Disse, ainda, que relativamente ao transporte dos doentes renais acamados, os Bombeiros fazem o seu transporte, mas não fazem o transporte dos doentes renais que andam “pelo seu próprio pé”. Os bombeiros possuem todos os meios necessários para assegurar o transporte de uma forma segura, ao invés dos taxistas ou outros transportadores particulares. Defendeu, ainda, que o documento apresentado pela Câmara Municipal de Elvas não deverá ser votado contra, uma vez que poderia dar má imagem, mas sim, efetuar um comunicado dirigido a eles, referindo que apoiavam a sua realidade, mas que a realidade do concelho de Alfândega da Fé era outra, e que graças a esse documento despertaram para a discussão pública sobre o assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou os Deputados Municipais que após a análise e discussão do documento apresentado pela Câmara Municipal de Elvas, iria redigir um resumo das intervenções feitas na Assembleia Municipal, referindo a solidariedade manifestada pela Assembleia Municipal relativamente à sua posição, e que posteriormente enviaria uma moção própria à ARS. -----

10.RESOLUÇÃO – CUIDADOS DE SAÚDE E FINANCIAMENTO DA UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORDESTE – PARA CONHECIMENTO;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou a palavra e explicou aos Deputados Municipais que na sequência de uma reunião tida com o Senhor Ministro da Saúde, a Câmara Municipal de Bragança aprovou um documento, já anteriormente aprovado em reunião da Comunidade Intermunicipal, que dá conta da exigência ao Senhor Ministro da Saúde, de que o financiamento para a Unidade Local de Saúde / Nordeste, fosse compatível às necessidades de financiamento, e que fosse semelhante ao financiamento de ULS similares, que têm muito mais financiamento, como é o caso da ULS do Alentejo. Se esse financiamento fosse semelhante, em vez da ULS/Nordeste ter um défice de dez milhões de euros no ano anterior, já poderia até ter um lucro de um ou dois milhões de euros, podendo pagar atempadamente aos fornecedores, e não ter que andar a fechar serviços. Disse, depois, que os Autarcas falaram com a ULS através do seu Presidente, Dr. António Marçôa, uma vez que tinham ouvido falar que queriam reestruturar alguns serviços, devido ao pouco financiamento. Foi então decidido que iriam pedir uma audiência com o Senhor Ministro da Saúde para exigirem um reforço do financiamento semelhante às outras ULS similares, de forma, a garantir que não sejam tomadas medidas que prejudiquem os utentes. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes usou da palavra referindo que as moções aprovadas pela Câmara Municipal de Bragança são um exemplo de “hipocrisia política ou partidária”, porque eles criam o problema e depois ficam todos indignados por terem um problema criado por eles. Disse, depois, que efetivamente, não faz sentido nenhum que se estejam a aprovar moções contra as medidas que estão a ser tomadas pelo Ministério da Saúde, que era inicialmente o “araquiri” do Governo, e o que se verifica, é que as populações estão a reagir contra as medidas tomadas

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

na Saúde. Disse, ainda, que era preciso existir coerência entre a responsabilidade que têm no apoio àquelas medidas e a rejeição através de documentos que depois são aprovados. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara referiu que não era preciso tanto, uma vez que todos estão de acordo que é preciso mudar. Também quando o Governo era liderado pelo PS, foram tomadas medidas que ela própria discordava. Disse, ainda, que todos os Presidentes de Câmara da CIM discordam das medidas apresentadas pelo Ministério da Saúde. Referiu, também, que é muito importante esta união, e informou que quem foi reunir com o Senhor Ministro da Saúde, foi o Senhor Presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros pelos motivos apresentados, fecho da ULS e transferência do helicóptero, e pelo Senhor Presidente da Câmara de Vinhais, enquanto Presidente da CIM, cada um de seu partido (Ps e PSD). Isso, gerou resultados muito positivos, uma vez que conseguiram com que o helicóptero não saia de Macedo de Cavaleiros e que se evite a reestruturação de diversos serviços essenciais. -----

11.MOÇÃO EM DEFESA DA SAÚDE DO NOSSO CONCELHO;

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu um pequeno resumo da moção a ser enviada à ULS / Nordeste, que a seguir se transcreve: *“SOS/Saúde – Centro de Saúde de Alfândega da Fé: Tendo em conta que apesar desta Assembleia Municipal ter já tomado uma posição que foi atempadamente remetida ao Conselho de administração da ULS/Nordeste sobre os problemas existentes no funcionamento do Centro de Saúde de Alfândega da Fé, tendo em conta que até ao momento a situação, em vez de melhorar, tem vindo a agravar-se, existindo vários períodos ao longo da semana em que não existe qualquer médico na consulta aberta e por vezes há períodos em que não existe qualquer médico em todo o Centro de Saúde, não havendo utentes a descoberto, recentemente um dos médicos com mais utentes ficou doente, prevendo-se um período de recuperação de meses, pelo que julgamos urgente a sua substituição até ao seu retorno ao serviço. Sendo esta situação atrás descrita muito grave, e prolongada no tempo, vimos pedir a máxima urgência na resolução destes problemas atrás referenciados. Desta moção, e do resultado da votação da primeira sessão ordinária de dois mil e catorze da Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, será dado conhecimento à Assembleia da República, ao Senhor Ministro das Saúde, à ARS/Norte e à Comunicação Social.”* O Senhor Presidente da Assembleia colocou de seguida à consideração dos Deputados Municipais, no sentido de apresentarem quaisquer alterações ou sugestões. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e referiu que o texto final não deveria individualizar a situação, mas sim alargar a todos os médicos que não cumpram o seu serviço. -----

----- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou a minuta da moção à votação, tendo sido deliberado, **por unanimidade**, dos vinte e seis Deputados presentes, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a minuta da moção da Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, a enviar à ULS/Nordeste. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Não existiram inscrições por parte do público. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. ---

----- A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)